

**ADITIVO À NOVAÇÃO AO TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO  
DE CONDUTA FIRMADO EM 17 DE AGOSTO DE 2001, OBJETO DOS  
AUTOS DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA  
PÚBLICA N.º 0093484-44.2013.8.13.0271 EM TRÂMITE PERANTE A 2ª VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE FRUTAL/MG**

OBJETO: REGULARIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO  
MUNICÍPIO DE FRUTAL COM INCLUSÃO DOS  
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E  
IMPOSIÇÃO DE MULTA MORATÓRIA (*ASTREINTES*)

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, neste ato apresentado pela Promotora de Justiça abaixo assinado, ora denominado COMPROMITENTE e **MUNICÍPIO DE FRUTAL** (qualificado nos autos), representado pelo Prefeito Municipal Bruno Augusto de Jesus Ferreira, na qualidade de COMPROMISSÁRIO, acompanhado do Procurador-Geral do Município, Afonso Celso Praes Júnior, inscrito na OAB/MG sob o n.º 53.177;

**Considerando** que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, dentre os quais se destaca sua dimensão social, e que é sua função institucional zelar pelo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal (Constituição Federal, artigos 127 e 129, II);

**Considerando** que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225 da Constituição Federal);

**Considerando** que a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº. 12.305/2010), em seu artigo 3º, inciso XI, prevê que a gestão integrada de resíduos sólidos é um conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

**Considerando** que essa Lei impõe ao Poder Público Municipal o dever de elaborar e executar o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para todo seu território, respeitado o conteúdo mínimo descrito no artigo 19 da Lei (art. 14, V c/c art. 19);

**Considerando** que o art. 18 da Lei 12.305/2010 e o art. 83 do Decreto 10.936/2012, os quais estabelecem que a elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é condição para que os Municípios tenham acesso a recursos da União ou por ela controlados, bem como para que sejam beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento, no âmbito de suas respectivas competências, destinados à limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos ou aos empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos;

**Considerando** que a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos compõem o Saneamento Básico<sup>1</sup>, caracterizando-se como serviço essencial à promoção e proteção da saúde e do meio ambiente;

**Considerando** que as ações e serviços de saúde são de relevância pública, estando sujeitos a regulamentação, fiscalização e controle pelo Poder Público, nos termos do art. nº 197 da Constituição Federal de 1988;

**Considerando** que constitui conduta típica penal prevista na Lei 9.605/98 as derivadas de atividades lesivas ao meio ambiente, capazes de causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem, ou possam resultar, em danos à saúde humana, provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, a exemplo do manejo inadequado de resíduos sólidos, incorrendo o responsável nas penas do Art. 54;

educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, segurança, lazer, como decorrência indispensável para a efetivação da vida humana com dignidade;

**Considerando** que, do Princípio do Desenvolvimento Sustentável, expressamente adotado pela Constituição Federal de 1988 (artigos 170, VI, c/c 225, *caput*), extrai-se o dever de inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, diante do mandamento de descarte ambiental e socialmente correto dos resíduos sólidos;

**Considerando** que o dever de inclusão social é um preceito constitucional constante dos artigos 1º, 3º, 6º e 170, todos da Constituição Federal, sendo que, no que tange especificamente aos catadores de materiais recicláveis, este dever é instrumentalizado pela Lei nº. 12.305/2010, que rege a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

**Considerando** que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º, estabelece metas sociais para a República brasileira – dentre elas a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais –, o que fundamenta a determinação dada ao poder público pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº. 12.305/2010) de inclusão social daqueles que se utilizam dos resíduos sólidos como meio de sobrevivência;

**Considerando** que é de competência dos municípios a efetivação do dever de inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, consoante o que dispõe o artigo 10 c/c artigo 18 da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos;

**Considerando** que o artigo 36 do Decreto nº. 10.936/2022, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelece que *“o sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos priorizará a participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, constituídas por pessoas físicas de baixa renda, com vistas: I - à formalização da contratação; II - ao empreendedorismo; III - à inclusão social; e IV - à emancipação econômica”*;

**Considerando** que o artigo 37 do Decreto nº. 10.936/2022, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelece que *“os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos definirão programas e ações para a participação*

**Considerando** que o artigo 6º, inciso VIII, da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos reconhece o resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda, além de promotor de cidadania e inciso X, estabelece como princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos o direito da sociedade à informação e ao controle social e que a normativa define como controle social o *“conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos”*;

**Considerando** os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, dentre os quais se destaca a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (artigo 7º, inciso XII);

**Considerando** que, conforme artigo 8º da mencionada Lei, são instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, dentre outros, os planos de resíduos sólidos (I), a coleta seletiva (III), o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou outras formas de associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (IV) e a educação ambiental (VIII), sendo meta obrigatória dos planos nacional e estadual a *“eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis”*;

**Considerando** que a Constituição Federal, artigo 23, estabelece que é competência comum da União, Estados, Municípios e Distrito Federal assegurar a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais, o que inclui a promoção da dignidade humana;

**Considerando** que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, estabelece como princípios fundamentais da República Federativa do Brasil a cidadania (inciso II), a dignidade da pessoa humana (inciso III) e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (inciso IV);

**Considerando** a noção de mínimo existencial que abrange a satisfação dos valores mínimos fundamentais descritos no artigo 6º da Constituição Federal, como

*dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda”;*

**Considerando** que o artigo 39, inciso II, do Decreto nº. 10.936/2022, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelece que “as políticas públicas destinadas aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis deverão observar: II - quanto às cooperativas, o estímulo: a) à capacitação; b) ao fortalecimento institucional; c) à formalização e d) ao empreendedorismo;

**Considerando** que o Estado de Minas Gerais, ao promulgar a Política Estadual de Resíduos Sólidos (Lei nº. 18.031/09), estabelece como diretriz a integração, a responsabilidade e o reconhecimento da atuação dos catadores nas ações que envolvam o fluxo de resíduos sólidos, como forma de garantir-lhes condições dignas de trabalho (artigo 7º, inciso VII) e o fomento à inclusão social desses trabalhadores e, a formação de cooperativas e associações e a implantação dos sistemas de coleta seletiva como forma de atingir os objetivos da normativa (artigo 9º, inciso III);

**Considerando** a Deliberação Normativa COPAM nº. 172/2011, que institui o Plano Estadual de Coleta Seletiva (PECS) e estabelece os princípios, diretrizes, estratégias e critérios de orientação para a atuação do Estado no apoio à implantação ou ampliação da coleta seletiva nos municípios, de forma alinhada com as diretrizes do Plano de Regionalização para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Minas Gerais, incentivando a inclusão socioproductiva dos catadores de materiais recicláveis e o fortalecimento dos instrumentos determinados pelas políticas de resíduos sólidos;

**Considerando** que o Município de Frutal firmou, em 17/08/2001, Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público, reiterado por novação em 2017, comprometendo-se a regularizar o manejo e a disposição dos resíduos sólidos urbanos, o que ainda não foi integralmente cumprido, conforme constatado na perícia realizada em visita de campo no dia 17/09/2024 (Id. 10369211852 dos autos judiciais);

**Considerando** que a operação irregular na área de disposição final de resíduos sólidos urbanos implica risco de dano ambiental grave;

**Considerando** ainda o disposto no art. 54 da Lei nº 9.605/98, “causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora”;

**Considerando** que a reversão do quadro de degradação ambiental provocado pela destinação inadequada de RSU torna-se, portanto, de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida e preservação do meio ambiente, direitos assegurados pela Constituição Brasileira;

**Considerando** que a perícia realizada em 17/09/2024 apurou o descumprimento da novação, exceto pelas obrigações referentes ao Ecoparque Sucupira;

**Considerando** que, para além de princípio norteador do Processo Civil, o órgão de execução deverá atuar para fomentar a resolução consensual na pendência de processo judicial, tendo em vista, as vantagens temporais e substanciais concretamente aferidas, em conformidade ao artigo 16, do Ato CGMP n.º 2, de 05 de junho de 2025;

**Considerando** o AVISO CGMP N.º 9, de 2 de setembro de 2021, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Minas Gerais – DOMP-MG de 3 de setembro de 2021, que publicou o seguinte enunciado de súmula:

**“ENUNCIADO 1.**

*O membro do Ministério Público tem legitimidade para proceder à quantificação econômica de aspectos irreversíveis dos danos ambientais por arbitramento, considerando critérios fáticos, como extensão do dano, agilidade na adoção de medidas reparatórias e condição econômica do infrator, e jurídicos, à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sem prejuízo da possibilidade da aplicação de método científico fundamentado para a valoração de danos ambientais.”*

**Considerando** ainda que a composição é a forma mais célere de resolução do conflito e, *in casu*, alcança a tutela material perquirida por meio da execução originária, de um ajuste celebrado há 24 anos, com imposição de medidas compensatórias de ganho ambiental e social;

RESOLVEM celebrar o presente ADITIVO À NOVAÇÃO AO TERMO DE COMPROMISSO FIRMADO EM 17 DE AGOSTO DE 2001, OBJETO DOS AUTOS DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA N.º 0093484-44.2013.8.13.0271 EM TRÂMITE PERANTE A 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FRUTAL/MG, nos seguintes termos e condições:

### DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta a regularização do serviço de manejo de resíduos sólidos executado pelo município de Frutal, a recuperação de áreas degradadas pela utilização como depósito irregular de lixo e a recuperação da flora da área de reserva legal.

### DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

#### CLÁUSULA 01 – DO SERVIÇO DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

1.1. O **COMPROMISSÁRIO** se obriga a elaborar, implementar e monitorar os serviços afetos ao manejo de resíduos sólidos gerados no âmbito de seus respectivos territórios, nos exatos termos da Lei Federal n. 12.305/2010, da Lei Federal n. 11.445/2007, da Lei Estadual n. 11.720/1994, Lei Estadual n. 14.128/2001, Lei Estadual

n. 18.031/2009, decretos regulamentadores e normas infralegais pertinentes expedidas pelos órgãos estatais competentes, ou normas que vierem a lhes suceder.

1.2. Para tanto, o **COMPROMISSÁRIO** promoverá o gerenciamento dos resíduos sólidos gerados no âmbito de seus respectivos territórios, compreendido como o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

1.3. O **COMPROMISSÁRIO** deverá realizar a gestão de resíduos sólidos de forma integral, compreendendo o conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

1.4. O **COMPROMISSÁRIO** se obriga a proceder com a efetiva responsabilização do gerador pelo gerenciamento dos resíduos sólidos por ele produzidos, lançando mão, dentre outros instrumentos, dos sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

1.5. Ao executar a gestão integrada dos resíduos sólidos no âmbito de seus respectivos territórios, o **COMPROMISSÁRIO** deverá implementar o sistema de coleta seletiva, inclusive, incentivando a criação e o desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

1.6. O **COMPROMISSÁRIO** se obriga a elaborar, implementar e monitorar a sua respectiva política de educação ambiental, especialmente, promovendo ações voltadas para a instrução e conscientização da comunidade da importância da participação do cidadão na implementação da política pública de gestão integrada de resíduos sólidos.

1.7. O **COMPROMISSÁRIO** se obriga a, no prazo de 12 (doze) meses contados da homologação judicial do acordo, elaborar o Plano Municipal de Gestão Integrada de



Resíduos Sólidos, com o conteúdo mínimo previsto no art. 19, da Lei nº 12.305/2010, além de tópicos específicos que contemplem programas de gerenciamento dos seguintes resíduos: Serviços de Saúde; Perigosos, inclusive pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes, óleos lubrificantes (inclusive embalagens), produtos eletroeletrônicos (e seus componentes) e agrotóxicos (inclusive embalagens); pneus inservíveis (PGP).

1.7.1. Para o cumprimento da cláusula 1.7, o **COMPROMISSÁRIO** deverá apresentar, nos seguintes prazos:

1.7.1.1. em 3 (três) meses, contados da homologação judicial do acordo, comprovação do início do processo licitatório para contratação da empresa que irá elaborar os planos;

1.7.1.2. nos 4(quatro) meses seguintes ao prazo da cláusula 1.7.1.1, concluir o procedimento licitatório e contratação;

1.7.1.3. em 30 (trinta) dias seguintes ao prazo da cláusula 1.7.1.2, apresentar os cronogramas dos trabalhos para edição dos planos.

1.8. O **COMPROMISSÁRIO** se obriga, imediatamente a partir da homologação judicial do acordo, a exigir das pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 da Lei 12.305/2010 (geradores de resíduos dos serviços públicos de saneamento básico; resíduos industriais; resíduos de serviços de saúde; resíduos de mineração; estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que gerem resíduos perigosos, bem como, os resíduos que, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal; as empresas de construção civil, os responsáveis por portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários, ferroviários e passagens de fronteira) a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de seu respectivo Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, observado o conteúdo mínimo descrito no artigo 21 da Lei 12.305/2010.

1.8.1. Para tanto, o **COMPROMISSÁRIO** se obriga a promover a identificação das pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 da Lei 12.305/2010 em atividade no âmbito de seu respectivo território.

1.8.2. Identificadas as pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 da Lei 12.305/2010, o **COMPROMISSÁRIO** notificará aquelas não sujeitas ao licenciamento ambiental estadual para que apresente ao Município o respectivo Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Identificadas pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 da Lei 12.305/2010 sujeitas ao licenciamento ambiental estadual, o **COMPROMISSÁRIO** remeterá as informações para a **SUPRAM** com abrangência sobre o respectivo território.

1.8.3. Apresentados os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, o **COMPROMISSÁRIO** o avaliará e, caso preenchidos os pressupostos legais, autorizará a sua execução pelo interessado.

1.8.4. Para o cumprimento da cláusula 1.8, 1.8.1, 1.8.2 e 1.8.3 o **COMPROMISSÁRIO** deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação judicial do acordo, cronograma dos trabalhos a serem desenvolvidos que não poderão extrapolar o período de 06 (seis) meses para conclusão com a respectiva aprovação pelo titular do serviço.

1.8.5. O **COMPROMISSÁRIO** se obriga a exigir do empreendedor a designação de responsável técnico devidamente habilitado para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

1.8.6. O **COMPROMISSÁRIO** se obriga a exigir das pessoas físicas e jurídicas que gere ou opere com resíduos perigosos a elaboração, implementação e monitoramento de Plano de Gerenciamento de Resíduos Perigosos (art. 65 do Decreto nº 7404/2010) que poderá ser incluído no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do empreendimento.

1.8.7. O **COMPROMISSÁRIO** poderá realizar as etapas sob responsabilidade do gerador, desde que sejam devidamente remunerados pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis.

**DA REGULARIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

**CLÁUSULA 02 - DO ATERRO SANITÁRIO**

**2.1. O COMPROMISSÁRIO** se obriga, no prazo de até 6 (seis) meses, contados da homologação judicial do acordo, a demarcar toda a área do aterro sanitário do município, identificando-a mediante levantamento planialtimétrico, incluindo-a como área contaminada junto à Gerência de Áreas Contaminadas – GAC da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), nos termos da Resolução CONAMA 420/2009 e da Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH n.º 02/2010, apresentando comprovação nos autos no referido prazo.

**2.2. O COMPROMISSÁRIO** se obriga a cessar imediatamente o descarte inadequado dos resíduos sólidos em locais sem controle ambiental, nos arredores das células do aterro sanitário e ao longo das estradas no entorno, bem como a incineração a céu aberto.

**2.3. Para tanto, o COMPROMISSÁRIO** obriga-se, no prazo de 1(um) mês, contados da homologação judicial do acordo, a retirar todo o excedente de resíduos sólidos que não se encontrem aterrados no local onde funcionava o aterro público e, no prazo de 6 (seis) meses, contados da homologação judicial do acordo, a adotar todas as medidas necessárias para regularização do aterro sanitário do Município de Frutal, especialmente as indicadas na perícia realizada em 17/09/2024:

**2.3.1.** isolar a área com cerca viva e replantio na região de falha, monitorar o local 24(vinte e quatro) horas por dia, evitando entrada e permanência de pessoas;

**2.3.2.** instalar placas de identificação do aterro e proibição de entrada de pessoas e animais;

**2.3.3.** elaborar projeto de recuperação de área degradada (PRAD) ou projeto técnico de reconstituição da flora (PTRF), com o respectivo cronograma de execução, por profissional habilitado com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), identificando-se a área objeto de recuperação, com imagens de satélites e juntar aos

autos, no prazo de 6 (seis) meses contados da homologação judicial do acordo, o projeto devidamente aprovado pelo órgão ambiental competente, observando-se, ainda, às cláusulas **2.3.4 a 2.3.6**:

**2.3.4.** O PRAD/PTRF descreverá, no mínimo, as ações de implantação e manutenção de plantios com espécies vegetais nativas (adubação, calagem, replantio, controle de gramíneas exóticas e formigas cortadeiras, irrigação, entre outros tratos culturais necessários). As mudas e/ou sementes utilizadas deverão ser identificadas com seus respectivos nomes científicos, com a apresentação das notas fiscais das compras das mudas/sementes por quantidades e espécies. Os plantios deverão possuir densidade e diversidade de indivíduos características das fisionomias vegetais de ocorrência local.

**2.3.5.** O **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a, no prazo máximo de 03 (três) anos, contados da implementação do projeto, executá-lo integralmente, em conformidade ao cronograma, que será parte integrante do acordo, sendo que eventual descumprimento ensejará a aplicação das penalidades previstas neste termo.

**2.3.6.** O **COMPROMISSÁRIO** obriga-se, a partir do início da execução do projeto ambiental mencionado nesta cláusula, apresentar relatórios técnicos anuais, após o período chuvoso de cada ano – mês de abril – subscritos por profissionais competentes, com ART ou TRT, retratando as medidas executadas e o estado de desenvolvimento dos plantios, com fotografias dos locais. No mínimo, os relatórios deverão apresentar informações sobre a cobertura do solo com espécies nativas e exóticas, a densidade de indivíduos nativos (regenerantes e plantados), o número de espécies ocorrentes nas áreas (regenerantes e plantados) e a taxa de mortalidade das mudas plantadas. Tais informações poderão basear-se em censos florestais das áreas ou em processos de amostragem, com a devida intensidade amostral, que permitam a verificação dos dados *in loco*. Ao término dos trabalhos, o **COMPROMISSÁRIO** apresentará relatório final, atestando a integral recuperação ecológica da área.

**2.3.7.** realizar o isolamento e contenção de resíduos por meio de manta PEAD, bem como realizar monitoramento quadrimestral de águas subterrâneas,

mantendo o registro de referidas análises para reavaliação, sempre que preciso for, das medidas de recuperação a serem adotadas;

**2.3.8.** designar corpo técnico responsável para acompanhamento dos trabalhos e manutenção das medidas.

**2.4.** Considerando a revogação da licença ambiental em 21/06/2023, pelo encerramento das atividades, nos termos do artigo 38, § 3º, do Decreto estadual nº 47.383/2018, o Município de Frutal se compromete a não desenvolver nenhuma atividade no local, sem o devido licenciamento ambiental, dando destinação adequada aos resíduos sólidos e urbanos cumprindo as exigências legais e de todas as condicionantes fixadas pelo órgão ambiental competente.

**2.5. O COMPROMISSÁRIO** se obriga a promover a recuperação da área de 2.90ha de reserva legal do aterro sanitário (matrícula n.º 36.843-CRI-Frutal), mediante projeto técnico de recomposição da flora (PTRF), nos mesmos termos da cláusula **2.3.3 a 2.3.6**.

**2.6.** Eventual destinação das áreas que suplantam a reserva legal indicada no memorial descritivo de imóvel rural denominado “Área 2” anexo a este termo, dependerá de autorização dos órgãos ambientais competentes, bem como de alteração legislativa a depender do caso.

### **CLÁUSULA 03 - DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

**3.1. O COMPROMISSÁRIO** se obriga, no prazo de até 6 (seis) meses, contados da homologação judicial do acordo, a demarcar toda a área em que funciona o descarte de resíduos sólidos de construção civil, identificando-a mediante levantamento planialtimétrico, apresentando nos autos.

**3.2. O COMPROMISSÁRIO** se obriga a cumprir o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, nos termos da Lei municipal n.º 6.349/2018, bem

como a obter, no prazo de 6 (seis) meses a contar da homologação judicial deste acordo, a licença ambiental (classe A) devidamente expedida pelo órgão ambiental competente para funcionamento do aterro de resíduos da construção civil, conforme diretrizes da Resolução CONAMA 307/2002.

**3.3. O COMPROMISSÁRIO** se obriga, no prazo de até 6 (seis) meses, contados da homologação judicial do acordo, a adotar todas as medidas necessárias para regularização do aterro de resíduos da construção civil, especialmente as indicadas na perícia realizada em 17/09/2024:

**3.3.1.** isolar a área com cerca viva e cerca de arame, e replantio na região de falha e monitorar 24 (vinte e quatro) horas por dia, evitando entrada e permanência de pessoas;

**3.3.2.** instalar placas de identificação do aterro e proibição de entrada de pessoas e animais;

**3.3.3.** elaborar projeto de recuperação de área degradada (PRAD) ou projeto técnico de recomposição da flora (PTRF), procedendo nos termos das cláusulas **2.3.3** a **2.3.6**.

**3.3.4.** realizar o isolamento e contenção de resíduos por meio de manta PEAD, bem como realizar monitoramento quadrimestral de águas subterrâneas, mantendo o registro de referidas análises para reavaliação, sempre que preciso for, das medidas de recuperação a serem adotadas;

**3.3.5.** designar corpo técnico responsável para acompanhamento dos trabalhos e manutenção das medidas.

**CLÁUSULA 04 – DO ENCERRAMENTO DO ATERRO CONTROLADO E SUA  
RECUPERAÇÃO AMBIENTAL**

**4.1. O COMPROMISSÁRIO** se obriga, no prazo de até 6 (seis) meses, contados da homologação judicial do acordo, a demarcar toda a área em que funcionava o aterro controlado do município, identificando-a mediante levantamento planialtimétrico, apresentando nos autos.

**4.2. O COMPROMISSÁRIO** se obriga a encerrar imediatamente o antigo aterro controlado do município, promovendo a sua recuperação, por meio de projeto técnico de recuperação de área degradada, procedendo nos termos das cláusulas n.ºs **2.3.3** a **2.3.6**.

**4.3. O COMPROMISSÁRIO** se obriga, no prazo de até 6 (seis) meses, contados da homologação judicial do acordo, a adotar todas as medidas necessárias para o encerramento do aterro controlado do Município de Frutal, especialmente quanto ao apurado na perícia realizada em 17/09/2024:

**4.3.1.** isolar a área com cerca viva e replantio na região de falha, monitorar 24(vinte e quatro) horas por dia, evitando entrada e permanência de pessoas;

**4.3.2.** instalar placas de identificação do aterro e proibição de entrada de pessoas e animais;

**4.3.3.** realizar o isolamento e contenção de resíduos por meio de manta PEAD, bem como realizar monitoramento quadrimestral de águas subterrâneas, mantendo o registro de referidas análises para reavaliação, sempre que preciso for, das medidas de recuperação a serem adotadas;

**4.3.4.** designar corpo técnico responsável para acompanhamento dos trabalhos e manutenção das medidas.

**4.4.** Em nenhuma hipótese, o **COMPROMISSÁRIO** poderá construir ou autorizar que terceiro construa edificação ou qualquer outro tipo de obra na área identificada nos termos da cláusula 4.1, sem o devido licenciamento ambiental pelo órgão competente, respaldado pelos relatórios ambientais e pelo projeto de recuperação da área.

**CLÁUSULA 05 – DO ENCERRAMENTO DO ATERRO CONTROLADO DO**  
**DISTRITO DE APARECIDA DE MINAS E SUA RECUPERAÇÃO**  
**AMBIENTAL**

**5.1. O COMPROMISSÁRIO** se obriga, no prazo de até 6 (seis) meses, contados da homologação judicial do acordo, a demarcar toda a área em que funciona o aterro controlado do Distrito de Aparecida de Minas, identificando-a mediante levantamento planialtimétrico, apresentando nos autos.

**5.2. O COMPROMISSÁRIO** se obriga a encerrar imediatamente o aterro controlado do Distrito de Aparecida de Minas (lixão), promovendo a sua recuperação, por meio de projeto técnico de recuperação de área degradada (PRAD) ou projeto técnico de recomposição da flora (PTRF), procedendo nos termos das cláusulas n. **2.3.3 a 2.3.6**.

**5.3. O COMPROMISSÁRIO** se obriga, no prazo de até 6 (seis) meses, contados da homologação judicial do acordo, a adotar todas as medidas necessárias para o encerramento do aterro controlado do distrito de Aparecida de Minas, especialmente quanto ao apurado na perícia realizada em 17/09/2024:

**5.3.1.** isolar a área com cerca viva e monitorar 24(vinte e quatro) horas por dia, evitando entrada e permanência de pessoas;

**5.3.2.** instalar placas de identificação do aterro e proibição de entrada de pessoas e animais;

**5.3.3.** realizar o isolamento e contenção de resíduos por meio de manta PEAD, caso necessário – a dispensa do uso deverá ser devidamente justificada no PRAD/PTRF –, bem como realizar monitoramento quadrimestral de águas subterrâneas, mantendo o registro de referidas análises para reavaliação, sempre que preciso for, das medidas de recuperação a serem adotadas;

**5.3.4.** designar corpo técnico responsável para acompanhamento dos trabalhos e manutenção das medidas.



### CLÁUSULA 06 – DOS RESÍDUOS DA SAÚDE

**6.1.** Quanto aos resíduos oriundos dos serviços da saúde, o **COMPROMISSÁRIO** se obriga a observar as disposições da Resolução CONAMA n° 358/2005, RDC ANVISA n° 222/2018 e eventuais normas que venham a substituí-las, complementá-las ou alterá-las.

**6.2.** O **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar ao COMPROMITENTE, no prazo de 2 (dois) meses contados da homologação do acordo, laudo técnico, subscrito por profissional com ART, demonstrando que a destinação dada atualmente aos resíduos da saúde atende à Resolução CONAMA n° 358/2005 e RDC ANVISA n° 222/2018. Caso haja necessidade de providências para a regularização desta destinação, neste mesmo prazo, deverá ser apresentado plano contendo as medidas corretivas, com especificação dos responsáveis e do prazo de implementação, que não deverá ser superior a 6 (seis) meses.

### CLÁUSULA 07 – DOS PNEUS INSERVÍVEIS

**7.1.** Quanto aos pneus inservíveis, o **COMPROMISSÁRIO** se obriga a cumprir as previsões contidas na Resolução CONAMA n° 416/2009 e eventuais normas que venham a substituí-las, complementá-las ou alterá-las.

**7.2.** O **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar ao COMPROMITENTE, no prazo de 2 (dois) meses contados da homologação judicial do acordo, laudo técnico, subscrito por profissional com ART, demonstrando que a destinação dada atualmente aos pneus inservíveis atende à Resolução CONAMA n° 416/2009. Caso haja necessidade de providências para a regularização desta destinação, neste mesmo prazo, deverá ser

apresentado plano contendo as medidas corretivas, com especificação dos responsáveis e do prazo de implementação, que não deverá ser superior a 6 (seis) meses.

**CLÁUSULA 08 – MANUTENÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL E**  
**EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**8.1. O COMPROMISSÁRIO** se obriga a manter o programa pedagógico de educação ambiental estipulado na cláusula 5.4 da novação de ID. 6115633017 ou, caso não esteja inserido no currículo escolar atualmente, a retomada do referido programa, encaminhando a comprovação documental no prazo de 3 (três) meses contados da homologação judicial do acordo.

**8.2. O COMPROMISSÁRIO** se obriga a organizar, ao menos duas vezes por ano, visitas guiadas ao parque ecológico municipal voltada exclusivamente para a população de baixa renda, cujo propósito será promover a educação ambiental, difundir a importância ecológica do Cerrado e possibilitar o contato direto com espécies nativas

**8.3. O COMPROMISSÁRIO** se obriga, mediante formalização de requerimento prévio do interessado, a garantir o acesso ao parque ecológico municipal de grupos escolares de escolas estaduais e particulares que tenham interesse em realizar excursão ou aulas expositivas voltadas para a educação ambiental.

**8.4. O parque ecológico municipal** deverá ser aberto ao público em geral, para fins de visitação, lazer e contato com a natureza, em dias e horários a serem fixados a critério do **COMPROMISSÁRIO**, que poderá estabelecer restrições de uso que caminhem de encontro com seu propósito ou gere degradação ambiental.

**8.5. Nos períodos em que não estiver aberto para visitação ou inexistir atividade educativa agendada, o acesso ao parque ecológico municipal será vedado, competindo ao COMPROMISSÁRIO** tomar todas as medidas pertinentes para impedir o acesso de pessoas e animais ao seu interior.

**CLÁUSULA 09 –DA COLETA SELETIVA, INCLUSÃO SOCIAL DOS  
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E CONTRATAÇÃO DE  
ASSOCIAÇÕES EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE FRUTAL**

**9.1. O COMPROMISSÁRIO** se obriga a realizar a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, nos moldes da Lei n.º 12.305/2010, por meio de auxílio ao fortalecimento de cooperativas ou associações, sem prejuízo de outras formas de fomento e apoio, bem como de sua contratação para fins de implementação de coleta seletiva no município.

**9.2. O COMPROMISSÁRIO** se obriga, no prazo de 6 (seis) meses contados da homologação judicial do acordo, a implementar e concluir o cadastramento de todos os catadores de materiais recicláveis e seus familiares, inserindo-os no cadastro único (CadÚnico) do Governo Federal no campo próprio e como público prioritário, priorizando os que apresentarem a documentação necessária. O ente público adotará estratégias de ação e busca ativa para implementar o cadastramento, o qual também dependerá da manifestação de interesse e colaboração do próprio beneficiário.

**9.3. O COMPROMISSÁRIO** se obriga, no mesmo prazo da cláusula 9.2 acima, conforme a capacidade operacional e orçamentária do Município, a inserir os catadores e seus familiares nas redes públicas de assistência social e de saúde, inclusive providenciando os documentos de identificação pessoal porventura faltantes, garantindo acesso prioritário à avaliação clínica e social, inclusive para fins de aferir a possibilidade de cadastro em programas ou benefícios sociais (BPC, Minha Casa Minha Vida etc.), assim como disponibilizar acompanhamento psicossocial específico, a ser realizado pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município.

**9.4. O COMPROMISSÁRIO** se obriga a viabilizar a coleta seletiva mediante a inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis, garantindo que a referida coleta de resíduos sólidos recicláveis e reutilizáveis seja feita prioritariamente

por cooperativas ou associação criada para tal fim, com apoio operacional da administração pública municipal e remuneração justa e adequada, condicionada à previsão orçamentária anual e disponibilidade financeira, assegurando remuneração compatível com os preços de mercado, sem desconsiderar os critérios de razoabilidade ante as dificuldades de estrutura e de capacidade operacional comumente verificadas nos agrupamentos de catadores de recicláveis.

**9.5. O COMPROMISSÁRIO** se obriga, no prazo de 1 (um) mês contado da homologação judicial do acordo, a contratar a associação já existente no município – ASCAFRU – criada para fins de implementação de coleta seletiva, por um prazo mínimo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 36, §§ 1º e 2º, da Lei 12.305/2010.

**9.6.** Como forma de fomentar e viabilizar a atividade de coleta seletiva, o **COMPROMISSÁRIO** se obriga a incluir no instrumento a ser celebrado com cooperativa e/ou associação:

- a) a cessão de uso de dois caminhões, dois motoristas e fornecimento de combustível e manutenção, quando necessária;
- b) o compromisso de acompanhamento para análise da viabilidade da expansão das atividades desempenhadas pela associação no município;
- c) o compromisso de realização de atividades de educação ambiental visando a ampliação e efetivação do serviço de coleta seletiva;
- d) aluguel do imóvel para desempenho das atividades;

**9.6.1. O COMPROMISSÁRIO** adotará as providências legais e necessárias para a cessão à ASCAFRU de uma porção da área adjacente à reserva legal localizada no imóvel onde funcionava o aterro sanitário (matrícula n.º 36.843), ou outra que se mostre mais vantajosa à Associação ou à proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, a fim de viabilizar a expansão das atividades ligadas à finalidade da entidade.

9.6.2. Fica estabelecido que o **COMPROMISSÁRIO** poderá se isentar da obrigação de pagamento do aluguel mencionado no item “d” da cláusula 9.6 caso promova a construção e disponibilização de um galpão com estrutura que seja apta e adequada para o pleno desempenho das atividades de coleta seletiva e processamento de reciclagem pela Associação, a ser edificado na porção da área objeto da cessão prevista na cláusula 9.6.1.

9.6.3. O uso de um dos caminhões, acompanhado do motorista, previsto na alínea “a”, da cláusula 9.6, será regido por um cronograma mensal, o qual deverá ser discutido e aprovado de forma consensual entre o **COMPROMISSÁRIO** e a Associação; o outro caminhão, acompanhado do motorista, será de uso exclusivo para o desempenho das atividades da Associação. O detalhamento do cronograma e/ou outras especificidades relacionadas poderão ser previstas no instrumento de contratação da entidade.

9.7. O **COMPROMISSÁRIO** se obriga a garantir o atendimento das crianças e adolescentes das famílias dos catadores de materiais recicláveis, com idade entre 06 (seis) e 14 (catorze) anos incompletos, em programas de contraturno escolar, no quantitativo mínimo de 5 (cinco) crianças, com realização de atividades socioeducativas, em que o atendimento deverá iniciar juntamente ao início do primeiro semestre letivo de 2026. Eventual impossibilidade de expansão do quantitativo deverá ser devidamente justificada pelo Município.

9.8. O **COMPROMISSÁRIO** se obriga a garantir a todos os adolescentes das famílias dos catadores e catadoras de materiais recicláveis na faixa etária de 14 (catorze) a 18 (dezoito) anos incompletos programa de formação profissional, nos termos da Lei n.º 10.097/2000 (Lei da Aprendizagem).

9.9. O **COMPROMISSÁRIO** se compromete a exigir da cooperativa ou da associação o cumprimento das seguintes condições:

a) elaboração e apresentação de plano de trabalho de gerenciamento de resíduos sólidos recicláveis para o ano de 2026 e depois sucessivamente, com a prorrogação do contrato, em janeiro de cada ano;

b) aplicação dos recursos recebidos de acordo com o plano de trabalho mencionado no item "a" acima;

c) prestação semestral de contas acerca dos recursos recebidos do **COMPROMISSÁRIO**;

d) guarda e arquivamento, pelo prazo de 05 (cinco) anos, de toda a documentação pertinente, tais como: faturas, recibos, notas fiscais ou quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas que deverão ficar disponíveis para a fiscalização quando necessário.

**9.10. O COMPROMISSÁRIO** se obriga, no prazo de 4(quatro) meses contados da homologação judicial deste acordo, a instituir coleta do óleo de cozinha usado, visando a reutilização/transformação em novo produto, o que deverá ser realizado, preferencialmente, por cooperativa ou associação criada para essa finalidade, agregando valor ao seu trabalho e garantindo a destinação final adequada deste resíduo;

**9.11. O COMPROMISSÁRIO** se obriga, no prazo de 4 (quatro) meses contados da homologação judicial deste acordo, a notificar todos os estabelecimentos não pertencentes aos catadores de materiais recicláveis e que tenham por objetivo a compra e comercialização de resíduos recicláveis para que apresentem o alvará de licenciamento e localização, bem como o devido licenciamento ambiental, tomando as medidas necessárias para garantir o encerramento das atividades daqueles comprovadamente irregulares.

**9.12. O COMPROMISSÁRIO** se obriga, desde a homologação judicial do acordo, a implementar campanha permanente de educação ambiental para toda a população, para que haja a segregação correta do resíduo reciclável e do resíduo orgânico na fonte geradora (domicílios, empreendimentos comerciais e industriais), bem como para que o trabalho realizado pelos catadores de materiais recicláveis tenha a sua importância devidamente reconhecida por toda a população, com periodicidade mínima quadrimestral e mediante comprovação documental, nos diversos meios de comunicação.

**CLÁUSULA 10 – DA MEDIDA COMPENSATÓRIA PELOS DANOS  
AMBIENTAIS CAUSADOS**

**10.1.** Como forma de compensação pelos danos ambientais causados e identificados na perícia realizada em 17/09/2024, o Compromissário efetuará o pagamento da quantia de R\$ 12.823.856,52 (doze milhões, oitocentos e vinte e três mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), da seguinte forma:

**10.1.1** - R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), em favor do Núcleo Interinstitucional de Estudos Ambientais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – NIEA TM/AP, CNPJ n.º 20.054.326/0001-09 – FUNEPU UFTM/MP – Banco do Brasil, Agência: 0015-9, CC: 116735-9), dividido em até 24 (vinte e quatro) parcelas, de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), cada uma.

**10.1.2** – O primeiro pagamento deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da homologação judicial do acordo, e os demais pagamentos, na mesma data dos meses subsequentes, devendo o COMPROMISSÁRIO juntar o respectivo comprovante aos autos até 5 dias após o respectivo pagamento.

**10.1.3** – Os valores depositados conforme cláusula 10.1.1. serão revertidos em favor de projetos ambientais a serem desenvolvidos no município de Frutal.

**10.2** – R\$ 12.223.856,52 (doze milhões, duzentos e vinte e três mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), a ser abatido na execução das políticas públicas voltadas à correta e legal gestão dos resíduos sólidos no âmbito do Município, inclusive para fins da inclusão social dos catadores de materiais recicláveis através da contratação de cooperativas e/ou associações, bem como da regularização das áreas degradadas. Não haverá abatimento no referido valor pela contratação de empresas terceirizadas para coleta domiciliar regular e de limpeza urbana ou de empresas que tenham por finalidade os serviços de coleta seletiva e processamento.

**10.3.** As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta do Orçamento do COMPROMISSÁRIO, para o exercício de 2026, devidamente inserida em lei orçamentária.

**10.3.1.** No prazo de até 30 (trinta) dias contados da homologação judicial do acordo, o COMPROMISSÁRIO informará a Fonte, o Elemento de Despesa e respectiva Unidade Gestora da despesa orçamentária prevista para o exercício de 2026.

**10.3.2.** A(s) despesa(s) do(s) exercício(s) subsequente(s) será(ão) alocada(s) à dotação orçamentária prevista para atendimento da(s) finalidade(s) deste instrumento, a ser(em) consignada(s) na Lei Orçamentária.

### **CLÁUSULA 11 - DA MULTA MORATÓRIA**

**11.1.** Na hipótese de descumprimento de qualquer uma das obrigações assumidas no presente acordo, nos prazos ora fixados, incidirá multa diária de R\$ 100,00 (cem reais) limitado a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para o compromissário inadimplente, sem prejuízo da incidência de juros e correção monetária.

**11.1.1.** Poderá haver a compatibilização da aplicação da multa cominatória, de forma escalonada ao descumprimento das obrigações assumidas no TAC, de forma equitativa se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte.

**11.2.** A(s) multa(s) serão corrigidas pelo IGP-m ou outro índice que vier a substituí-lo, até a data do efetivo pagamento, e será(ão) revertida(s) em favor do Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais - FUNEMP, criado pela Lei Complementar Estadual nº 67/2003, CNPJ nº 32.384.344/0001-38, efetuando-se depósito perante o Banco do Brasil S/A (Banco 001), agência nº 1615-2, conta corrente nº 652.000-6, sem prejuízo da responsabilização civil, administrativa e penal decorrente de eventuais danos ambientais.



11.3. As multas moratórias acima estipuladas serão exigidas independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando o **COMPROMISSÁRIO** constituído em mora com o simples vencimento dos prazos e condições fixados e, não haja justificativa idônea ou fato impeditivo alheio à vontade do ente público.

11.4. A aplicação das penalidades previstas dar-se-á com o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas e não afasta a execução específica das referidas obrigações, na forma da legislação aplicável, nem as demais sanções civis, administrativas e penais eventualmente decorrentes.

11.5. Não se computam nos prazos acordados os atrasos decorrentes de culpa exclusiva de terceiros, inclusive órgãos públicos, sejam eles municipais, estaduais e/ou federais, bem como tabelionatos, ou derivados de casos fortuitos ou força maior, estes últimos definidos na Lei Civil, ficando o **COMPROMISSÁRIO**, ocorrendo tais eventos, a prová-los nos autos.

11.6. Incidirá correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês sobre as multas acima previstas, a partir da data da ação ou omissão que implique descumprimento das obrigações aqui assumidas.

### DO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL

12. Com a assinatura do presente acordo, o COMPROMITENTE peticionará nos autos nº. 0093484-44.2013.8.13.0271, pleiteando sua homologação e suspensão pelo prazo inicial de 30(trinta) dias, para aguardar o cumprimento das obrigações ora assumidas, sem prejuízo de novas suspensões, em conformidade ao vencimento dos prazos.

13. Na hipótese de descumprimento deste acordo, a dívida de valor prosseguirá pelo valor atualizado da compensação ambiental, disposto na cláusula 10.1, abatidas as quantias eventualmente quitadas.

**DAS CLÁUSULAS GERAIS**

14. As partes podem celebrar aditivos desde que a novação importe em notável ganho ambiental.

15. As obrigações aqui assumidas não prejudicam ou excluem quaisquer direitos ou mesmo impedem o regular poder de polícia administrativa ambiental dos demais órgãos públicos, tampouco substituem licenças, alvarás e quaisquer outras exigências emanadas do poder público competente.

16. O **COMPROMISSÁRIO** arcará com todas as despesas eventualmente necessárias à fiscalização do fiel cumprimento das obrigações assumidas, especialmente no que se refere ao ressarcimento de perícias e de vistorias.

17. As obrigações assumidas pelo **COMPROMISSÁRIO** são consideradas como de relevante valor ambiental cultural para todos os fins previstos em Direito.

18. O **COMPROMISSÁRIO** renuncia expressamente ao direito de recurso em relação à sentença homologatória do presente acordo.

19. E, para que tal compromisso possa surtir os seus legais efeitos, foi lavrado o presente termo com 26 (vinte e seis) páginas, e, lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

Frutal-MG, 10 de dezembro de 2025.

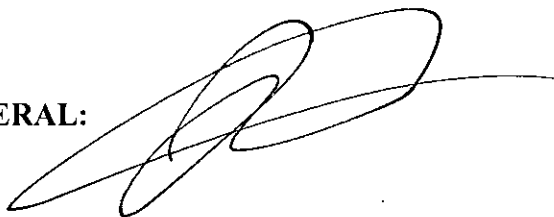
COMPROMITENTE:

*Angélica Pollyana Gering de Medeiros*

COMPROMISSÁRIO:

*[Assinatura]*

PROCURADOR-GERAL:




TESTEMUNHAS:


  
LUCIANA CALIXTO ALVES

Analista MPMG


  
REGINA MAURA M. DE OLIVEIRA

Secretária de Educação

  
ACIR ANTÔNIO DA SILVA  
Secretário de Serviços Urbanos

  
FABIANO VIEIRA  
Secretário de Meio Ambiente

  
PAULA MARTINS  
Secretária de Assistência Social

  
GLENIO NUNES DE ASSUNÇÃO  
Secretário de Obras

  
RAPHAEL ROGÉRIO DA SILVA  
Secretário de Cultura

  
GILCIMAR PANSANI BARBOSA  
Secretária de Saúde